



**CARTA DAS
MULHERES NEGRAS
DA MARÉ**

PELA REPARAÇÃO
E BEM VIVER

**NÓS, MULHERES
NEGRAS DA MARÉ,
DECLARAMOS:**

SOMOS PARTE DE UMA HISTÓRIA QUE ATRAVESSA SÉCULOS.

Da escravidão, do pós-escravidão, da invisibilização institucional, do racismo estrutural, do colonialismo, do patriarcado. Mas também somos a propulsora de resiliência, de proposições políticas e de soluções e tecnologias sociais extremamente complexas para denunciar, enfrentar e lutar contra a ação do racismo patriarcal cisheteronormativo que se opera nas 15 favelas da Maré.

Nós, mulheres negras do Morro do Timbau (desde 1940), Baixa do Sapateiro (desde 1947), Parque Maré (desde 1953), Parque Rubens Vaz (desde 1954), Parque Roquete Pinto (desde 1955), Parque União (desde 1961), Nova Holanda (desde 1962), Praia de Ramos (desde 1962), Conjunto Esperança (desde 1982), Vila do João (desde 1982), Vila dos Pinheiros (desde 1983), Conjunto Habitacional do Pinheiros (desde 1983), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (desde 1992), Nova Maré (desde 1996) e Salsa e Merengue (desde 2000), temos direito à reparação e ao bem viver para nós, nossas famílias e comunidades de existência e resistência. Aprendemos o fazer da luta, como o fazer da vida desde Dona Orosina e também com Marielle, Luyara, Anielle Franco, Marinete Silva, Gilmara Cunha, Renata Souza, Dona Durvalina, Maria Augusta (Dona Aidê), Dona Helena Edir, Dona Margareth Pratti e tantas outras.

A Maré é formada por mais de 140 mil habitantes, mais de 62% são pessoas negras. Nós Mulheres somos mais de 50% e lideramos mais de 45% dos lares. Nós Mulheres Negras somos mais de 62% das Mulheres Mareenses. Somos maioria em nossas 15 favelas e nós, Mulheres Negras Faveladas somos muitas em todo o Brasil¹.

Assim, um real pacto democrático por Reparação e Bem Viver não pode ser construído sem nós. Como nos ensinou Lélia Gonzalez, construímos efetivamente esse país e sua língua, por isso nossa voz se ergue e vamos em Marcha, não mais para pedir permissão, mas para exigir justiça, dignidade e autonomia².

Enfrentamos a falta de acesso à educação, desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e à saúde, seja pela precariedade dos serviços, seja pelo atravessamento da violência armada.

Vivenciamos, com frequência, operações policiais que acontecem inclusive no entorno de escolas e unidades de saúde, descontinuando atendimentos e gerando ansiedade, sofrimento, violência psicológica, física, prisões ilegais, terror, desaparecimentos e mortes.

Somos gravemente impactadas pelo racismo ambiental e climático com ilhas de calor, falta de área verde, inundações, alagamentos, péssimas condições de moradia, ausência ou insuficiência de água e de saneamento básico. Somos afetadas pelas ausências institucionais, com a insuficiência de investimentos públicos³, bem como pelas violências interpessoais, tais como o feminicídio⁴.

Somos as principais vítimas de violências contra a mulher em todas suas formas e o entrelace entre violências raciais e de gênero impede nossa vivência plena dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, sexuais e reprodutivos, tornando urgente nossas demandas por Justiça Social, Racial, Climática e Reprodutiva.

Nossas realidades são compostas por: sobrecarga de cuidado e sustento de nossas famílias; ausência de descanso; falta de lazer, de cultura e de trabalho/renda; denúncia constante do racismo sistêmico com suas violências; e invisibilidade para as políticas públicas. Por isso, exigimos: renda e redistribuição de oportunidades; moradia digna e saneamento básico, em ambientes saudáveis, sem racismo e violências; recuperação e consolidação de nossas memórias comunitárias. Exigimos Reparação não só individual, mas coletiva, para Bem Viver. Queremos ser reconhecidas como Mulheres Negras Faveladas e protagonistas de trajetórias repletas de direitos, alegria, prazer e felicidade.

1 https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RDM_CASAPRETA_CARDENO_3.pdf

2 <https://www.em.com.br/nacional/2024/11/6984120-jovens-negros-sao-populacao-predominante-nas-favelas-mostra-censo.html>

3 https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CARTA_DE_SANEAMENTO_2024.pdf; <https://www.redesdamare.org.br/br/info/86/respira-mare>

4 Em 2023, cerca de 68,2% dos homicídios femininos foram mulheres negras, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

5 https://www.redesdamare.org.br/media/pdfs/pesquisa_saude_sexual_reprodutiva_mulheres_mare.pdf

Nós, Mulheres Negras da Maré, afirmamos que Bem Viver e Reparação não são ideais abstratos, mas conceitos vivos que nascem da habilidade imaginativa, dos saberes e da luta de nossas ancestrais, griots e lalodês, diante da precarização da vida nas favelas. Elas nos trazem até aqui e nos impulsionam a

marchar por renda, trabalho digno, cultura, saúde integral, educação de qualidade, cultura, lazer, participação política e tantos outros direitos - bem como a dizer para toda a sociedade e governos: não haverá democracia, sem reparação para as Mulheres Negras Faveladas.

PLANO DE REPARAÇÃO E BEM VIVER A PARTIR DAS MULHERES NEGRAS DA MARÉ

PRECISAMOS AVANÇAR EM UM PACTO CIVILIZATÓRIO VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICO

4

NO QUAL O BEM VIVER E A REPARAÇÃO POSSAM SE CONCRETIZAR PARA MULHERES NEGRAS VIVENDO EM FAVELAS. ASSIM, REINVINDICAMOS:

1. MORADIA DIGNA E ACESSÍVEL COMO REPARAÇÃO TERRITORIAL

É urgente que o Estado reconheça que a falta de moradia adequada ou a insegurança fundiária em favelas é parte de uma dívida histórica junto à população negra. Moradia digna não é luxo, é direito humano. Assim, demandamos que o Estado possa garantir:

- Reparação territorial e habitacional por remoções, alagamentos e contaminações, priorizando moradias seguras e infraestrutura resiliente.
- Habitação com infraestrutura básica, como água potável, esgoto, energia elétrica regular e drenagem em níveis que garantam saúde, dignidade e segurança. Isso inclui regularização fundiária, títulos de propriedade quando cabíveis e planos de reassentamento com participação das comunidades.
- Programas específicos para mulheres negras responsáveis por suas famílias, que muitas vezes lideram lares sem apoio, para acesso a moradia social, financiamento justo, e melhoria habitacional, com prioridade territorial.
- Regularização da situação fundiária de famílias de mulheres negras que se encontram em moradias de risco ou irregulares.

2. INFRAESTRUTURA URBANA, SANEAMENTO E DIREITO AO AMBIENTE SAUDÁVEL

Reforçamos a necessidade de implementação completa de redes de esgoto, água tratada, coleta de lixo regular, drenagem urbana que evite enchentes e alagamentos, iluminação pública de qualidade, pavimentação ou calçamento que respeite os traçados locais e não desloque moradores. Assim, reivindicamos:

- Política de justiça climática e direito à reparação intergeracional, vinculando o impacto das mudanças climáticas à desigualdade urbana e racial – garantindo que, em especial, crianças e idosos tenham direito a ar, água e solo limpo.
- A implementação de um plano de justiça ambiental que enfrente o racismo ambiental nas favelas, que frequentemente sofrem com poluição, contaminação, calor extremo por falta de arborização, falta de espaços verdes, proximidade de áreas de risco ou indústrias. É necessário monitoramento ambiental com participação comunitária, ações de mitigação e adaptação climática.
- Criação de mecanismos de reparação coletiva por danos ambientais: fundos municipais e comunitários, com controle social, destinados à revitalização de áreas verdes, reflorestamento e infraestrutura sustentável.
- Garantia de transporte público de qualidade (acessível, seguro, frequente), com integração territorial vertical e horizontal, para facilitar deslocamentos para trabalho, estudo, saúde e lazer, considerando o tempo perdido no trânsito e as distâncias percorridas.

5

3. SAÚDE INTEGRAL PARA A POPULAÇÃO NEGRA CONCRETIZADA NOS TERRITÓRIOS

Solicitamos a ampliação de unidades de saúde dentro ou próximas às favelas, com atendimento continuado, equipe multidisciplinar, com profissionais capacitados em gênero, raça e interseccionalidades. Assistência abrangente em saúde sexual, reprodutiva e em saúde mental, durante todo o percurso de vida, com especial atenção ao enfrentamento das violências, da mortalidade materno-infantil e prevenção aos agravos de saúde que afetam centralmente a população negra. Destacamos a importância de:

- Políticas específicas de atendimento às mulheres e meninas negras vítimas de violência sexual, psicológica, física, com acolhimento especializado, preservação de direitos, programas de reparação psicológica e social e promoção de Justiça Reprodutiva com implementação de Casas de Partos, Espaços de Bem Nascer, Lavanderias Comunitárias e Populares, Casas de acolhimento e abrigo com amplo espectro de horário de atendimento.
- Implementação dos Programas de Saúde Integral para a População Negra nas Favelas a partir da implementação e territorialização dos serviços, fortalecimento da atuação dos agentes de saúde e do Programa Saúde nas Escolas.
- Fortalecer equipamentos comunitários e ações públicas de saúde preventiva, relacionadas ao ambiente (poluição, calor excessivo, condições insalubres de moradia), à segurança alimentar com foco em doenças respiratórias,

cardiovasculares, impacto do calor e da umidade, e redução das disparidades que geram morte e adoecimento precoces.

- Ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com enfoque territorial, garantindo a não repetição de práticas discriminatórias.
- Reparação psicológica e psicossocial às famílias e profissionais afetados por confrontos armados e violência institucional, incluindo a criação de um programa municipal de apoio emocional em saúde mental comunitária.

4. POLÍTICAS DE CUIDADO

Defendemos que as políticas públicas devem reconhecer, redistribuir e valorizar os cuidados, muitas vezes invisíveis, exercidos pelas mulheres negras nas favelas, garantindo que o cuidar seja entendido não como obrigação individual, mas como responsabilidade coletiva e direito social. Por isso, reivindicamos que sejam implementadas, de forma integrada e com protagonismo das mulheres negras, as seguintes ações:

- Criação de uma rede territorial de centros comunitários de cuidado que funcionem como espaços de acolhimento, apoio e troca de saberes, destinados a mães, pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e pessoas vulnerabilizadas, com funcionamento em horários estendidos e garantia de alimentação, lazer, educação complementar e saúde preventiva.
- Institucionalização de licenças para cuidados, remuneradas e com proteção previdenciária, para mães, pais, cuidadores familiares e pessoas designadas à atenção de dependentes, de modo que este trabalho doméstico e comunitário deixe de ser invisível e sobrecarregar mulheres negras.
- Valorização econômica e social do trabalho de cuidados remunerados, com critérios de justa remuneração, reconhecimento profissional, capacitação antirracista, garantia de direitos trabalhistas, aposentadoria digna e enfrentamento da precarização, especialmente para mulheres negras que formam maioria nessa ocupação.
- Investimento em programas de educação, formação e sensibilização para a reorganização da divisão social do trabalho de cuidados, promovendo a corresponsabilidade entre gêneros, raças e gerações e visibilizando o impacto da dupla e tripla jornada das mulheres negras na vida social e econômica.
- Articulação intersetorial entre saúde, educação, cultura, assistência social e habitação para que o cuidado seja parte integrante das políticas de reparação e bem viver, isto é, que o Estado reconheça o cuidado como eixo estruturante da justiça racial, de gênero e territorial.

5. EDUCAÇÃO EMANCIPADORA, ANTIRRACISTA E TERRITORIALMENTE ACESSÍVEL, PARA CONSCIÊNCIA RACIAL, REPARAÇÃO E COMBATE AO RACISMO

Defendemos uma educação que seja instrumento de emancipação e justiça, capaz de consolidar consciência racial e romper com os mecanismos históricos de exclusão que afastam

a população negra, feminina e favelada do pleno direito ao conhecimento. Incorporar o antirracismo como princípio estruturante da educação é condição para mudar mentalidades e práticas institucionais. Formar para a consciência racial é formar para a cidadania, para a empatia e para a democracia.

É urgente consolidar políticas educacionais que reconheçam o território como espaço legítimo de produção de saber, valorizem a história e a cultura afro-brasileira e assegurem condições reais de acesso, permanência e sucesso escolar. A educação deve ser pensada como reparação, como meio de reconstruir trajetórias e garantir que meninas e mulheres negras possam projetar e realizar seus futuros com autonomia e dignidade. Assim, solicitamos:

- Implementação de um programa antirracista na educação (creche, ensino fundamental, médio e superior) e criação de um programa contínuo que faça o acompanhamento/vigilância de leis da educação antirracista, como Lei N.10.639 e Lei N.11.645, bem como do cumprimento dos 200 dias letivos de aula em escolas situadas em favelas e periferias com propostas de reparação para as escolas que não conseguirem alcançá-los.
- Reparação educacional para estudantes e professores afetados por operações policiais – criação de fundo para reposição de aulas e apoio psicossocial, articulando educação, cultura e saúde.
- Incorporação da temática da memória e dos direitos humanos nos currículos escolares, promovendo o reconhecimento das violações sofridas pelo território.
- Garantia de creches públicas de qualidade com horários ampliados de funcionamento dentro das favelas, inclusive em horários noturno, educação infantil com valores antirracistas inseridos desde cedo, valorização da cultura negra, história afro-brasileira, línguas de matriz africana e saberes tradicionais.
- Criação de espaços de vivência coletiva, lazer e participação política que também viabilizem a presença e participação de crianças de maneira acolhedora, potencializando sua presença e das pessoas que exercem seu cuidado.
- Infraestrutura escolar adequada (salas seguras, laboratórios, bibliotecas, equipamentos, tecnologias), transporte escolar seguro, alimentação digna, horários e currículos que permitam a conciliação de estudo com as responsabilidades das mulheres – muitas delas mães solo ou com jornadas duplas/triplas.
- Programas de bolsas, mentoria e apoio para jovens mulheres negras, faveladas, para cursar o ensino médio técnico, superior, pós-graduação, garantindo que o talento não se perca por falta de recursos ou discriminação institucional.
- Inserção obrigatória e qualificada da educação antirracista em todas as etapas de ensino: nos currículos escolares, nas formações de professores, nos cursos de formação técnica e universitária, nos treinamentos de servidores públicos. É necessário que o antirracismo não seja um adendo, mas parte estrutural da formação cidadã.
- Campanhas públicas de conscientização sobre racismo, machismo, misoginia, lesbofobia, transfobia; enfrentamento da cultura do silêncio e da normalização da violência contra mulheres negras. Apoio à mídia comunitária, independente, produzida por mulheres negras de favelas para contar suas histórias segundo suas próprias lentes.

- Formação jurídica e cidadã para mulheres negras, informando sobre direitos, rotas de denúncia, assistência legal, empoderamento para exigir seus direitos em saúde, segurança, trabalho.

6. TRABALHO DIGNO, RENDA JUSTA E AUTONOMIA ECONÔMICA

Defendemos o trabalho como direito e como caminho para a autonomia das mulheres negras, rompendo com séculos de exploração e desigualdade econômica. É preciso garantir oportunidades reais de inserção produtiva, com remuneração justa, reconhecimento do trabalho de cuidado e valorização do empreendedorismo negro e comunitário. Trabalho digno é reparação e condição fundamental para a liberdade e a justiça social. Assim, reivindicamos:

- Políticas de emprego e previdência que rompam o ciclo de subemprego ou trabalho informal que precariza a vida das mulheres negras: programas de capacitação profissional, geração de emprego local, incentivo ao empreendedorismo de base comunitária e cooperativas femininas negras.
- Aplicação rigorosa de leis que garantam igualdade salarial, combate ao racismo nas empresas, discriminação no ambiente de trabalho, assédio racial e de gênero. Transparência nos processos seletivos, cotas ou ações afirmativas nos empregos públicos ou de empresas parceiras do Estado.
- Fomento a redes de cuidado remuneradas: creches, cuidados às pessoas idosas ou dependentes, espaços de cuidado comunitário, para que o trabalho doméstico e de cuidado, majoritariamente realizado por mulheres negras, seja reconhecido, valorizado e apoiado institucionalmente.
- Criação de linhas de apoio financeiro e programas multissetoriais para viabilizar o aprimoramento e planejamento de carreira para mulheres negras que vivem em favela.

7. SEGURANÇA E JUSTIÇA: REFLETINDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA, VIOLÊNCIA POLICIAL, FEMINICÍDIO

É urgente transformar o modelo punitivista e racista vigente, substituindo-o por práticas que promovam cuidado, reparação e responsabilização real do Estado. Para isto, demandamos:

- Política de Reparação Integral para Famílias Vítimas de Violência do Estado e armada, visando reparar danos causados pelo racismo estrutural na vida das famílias negras, com fundo de reparação indenizatório e acompanhamento vitalício e gratuito em saúde integrada e mental para mulheres vítimas de violência e/ou familiares de vítimas (letais ou não).
- Criação de programas de empregabilidade, geração de renda e autonomia financeira para mulheres afetadas por violências de Estado e armada, ou por violências domésticas.
- Reparação social e estrutural a usuários de drogas por meio de atendimento integral, acesso à documentação, acolhimento e reinserção social, articulado às políticas de saúde mental, cultura, segurança e educação.
- Reestruturação nas políticas de segurança para que reconheçam a perspectiva

antirracista e para reconhecer os parâmetros de segurança pública cidadã e com participação e controle social.

- Enfrentamento do feminicídio: investigação eficiente, proteção real às mulheres que denunciam, monitoramento do descumprimento das medidas protetivas, acolhimento seguro, assistência jurídica gratuita, casas abrigo com condições adequadas.
- Promoção de Justiça de Transição, em perspectiva restaurativa e comunitária, considerando os saberes tradicionais e as práticas de cuidado coletivo que já existem nas favelas para compor a reparação.

8. CULTURA, MEMÓRIA E RECONHECIMENTO SIMBÓLICO

A cultura é um campo de reparação e afirmação. Reconhecer e investir nas expressões culturais negras e faveladas é garantir memória, identidade e futuro. Valorizar as histórias, linguagens e símbolos produzidos nas favelas é também disputar narrativas e reconstruir o imaginário coletivo sobre o que é o Brasil. Por isso, demandamos:

- Fomento a espaços culturais nas favelas, valorização dos agentes culturais locais (músicas, danças, artes visuais, poesia, contação de histórias), patrocínios públicos ou parcerias com organizações da sociedade civil e editais exclusivos para mulheres negras de favelas.
- Educação formal e informal que inclua ensino da história da Maré, dos quilombos urbanos, lutas comunitárias, dos terreiros; reconhecimento de lideranças femininas negras, ancestralidade e religiosidade de matriz africana.
- Sinalização urbana simbólica: nomeação de ruas, praças, logradouros com nomes de mulheres negras locais, afrescos, murais e monumentos que celebrem a existência negra, a resistência e as trajetórias invisibilizadas.

9

9. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AUTONOMIA

A democracia só será plena quando mulheres negras das favelas estiverem em todos os espaços de poder e decisão. É fundamental assegurar presença, voz e capacidade de incidência política, reconhecendo essas mulheres como formuladoras de políticas públicas e protagonistas na construção do Estado que queremos. Pleiteamos:

- Garantir representação das mulheres negras de favelas nos espaços de tomada de decisão: conselhos municipais, estaduais, federais, dentro de comissões de políticas públicas, orçamento participativo, instâncias de planejamento urbano e social.
- Políticas de formação política, liderança, capacitação para que mulheres negras estejam preparadas para ocupar cargos públicos, candidaturas, gestão de organizações comunitárias, participação em processos orçamentários.
- Transparência e participação efetiva na elaboração, execução e monitoramento de políticas que afetam as favelas, com consulta prévia, livre, informada, com retorno comunitário e fiscalização social.

10. REFORMA TRIBUTÁRIA, JUSTIÇA FISCAL E ALÍVIO TARIFÁRIO PARA POPULAÇÕES FAVELADAS

A justiça racial também passa pela justiça fiscal. É preciso enfrentar o peso desigual dos impostos e tarifas que recaem sobre as populações mais pobres e negras. Reformar o sistema tributário com esse olhar é garantir dignidade econômica, redistribuição real de recursos e reparação social. Desta forma, afirmamos a importância de:

- Redesenho dos sistemas de tributos para que sejam progressivos, reduzindo a carga que pesa sobre quem ganha menos; isenções ou tarifas reduzidas para serviços públicos essenciais (água, luz, transporte) em favelas, especialmente para mulheres negras responsáveis por suas famílias.
- Políticas tarifárias públicas que reconheçam o custo-distância, ou seja, o quanto as pessoas das favelas gastam a mais para se deslocar, para acessar serviços básicos: transporte subsidiado, tarifas diferenciadas.
- Investimentos em infraestrutura pública e serviços nos territórios favelados para diminuir a dependência de consumo privado, assegurando acesso a bens de primeira necessidade por preços justos ou de forma gratuita.

11. REPARAÇÃO INTEGRAL: HISTÓRICA, MATERIAL, SIMBÓLICA E FINANCEIRA

10

A reparação precisa ser completa: reconhecer o passado, corrigir o presente e garantir um futuro justo. Isso exige medidas materiais e simbólicas que enfrentem o legado da escravidão e do racismo sistêmico, restituindo direitos, memórias, territórios e dignidades negadas. Propomos:

- Criação de fundos públicos voltados à reparação de vítimas diretas ou indiretas do racismo sistêmico e institucional, violência policial, discriminação no trabalho, negligência estatal com critérios claros e participação comunitária. Reparação financeira que compense perdas históricas: renda subjugada, acesso negado, danos morais, psicológicos.
- Medidas simbólicas de reparação: perdão público, memória, arquivos, museus comunitários, reconhecimento legal de territórios, regularização de nomes, registros civis completos, reconhecimento de mulheres negras que foram silenciadas pela história.
- Políticas de restituição patrimonial: acesso à terra, regularização territorial nas favelas, definição de espaços públicos, moradias, uso comunitário, reconhecimentos de direitos urbanísticos para as favelas como parte das cidades.

NÓS, MULHERES
NEGRAS DA MARÉ,

**CONCLAMAMOS TODAS
MULHERES NEGRAS NAS
FAVELAS PELO BRASIL E
REIVINDICAMOS QUE AS
MEDIDAS ELENCADAS SE
TORNEM COMPROMISSOS
CONCRETOS POR REPARAÇÃO
E BEM VIVER.**

ASSINAM:

MULHERES NEGRAS DA MARÉ

Novembro de 2025



Realização:

redes
da
maré



FÓRUM DAS
MULHERES
NEGRAS
DA MARÉ

2025